



RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO PREFEITURA MUNICIPAL

Processo : TC-004387.989.22-1

Entidade : Prefeitura Municipal de Salto

Assunto : Contas Anuais

Período

Examinado : 1º Semestre de 2022

Prefeito : Sr. Laerte Sonsin Júnior

CPF nº : 072.777.368-26

Período : 01/01/2022 a 30/06/2022

Relatoria : Conselheiro Antonio Roque Citadini

Instrução : UR-9 - Sorocaba / DSF-II

Senhora Chefe Técnica da Fiscalização da Seção UR-9.5,

O presente relatório trata do acompanhamento periódico das Contas da Prefeitura Municipal em tela, selecionada pelo sistema *Águila* deste Tribunal de Contas, com base em critérios específicos previamente estabelecidos, para ser fiscalizada *in loco* e remotamente, neste período, em conformidade com a Ordem de Serviço SDG nº 01/2022.

Em atendimento ao TC-A-030973/026/00, registramos a notificação do Sr. Laerte Sonsin Júnior, responsável pelas contas em exame (**Documento 1**).

A partir do diagnóstico preliminar apresentado abaixo e das informações disponíveis nos Sistemas Informatizados desta Corte de Contas, a Fiscalização planejou a execução de seus trabalhos de análises de conformidade e de resultado operacional do período, destacando-se a análise das seguintes fontes documentais:



1. Indicadores finalísticos componentes do IEG-M – Índice de Efetividade da Gestão Municipal;
2. Eventuais ações fiscalizatórias desenvolvidas por meio da seletividade (contratos e repasses) e da fiscalização ordenada;
3. Prestações de contas mensais do exercício em exame, encaminhadas pela Chefia do Poder Executivo;
4. Eventuais resultados do acompanhamento simultâneo do Sistema Audesp, bem como acesso aos dados, informações e análises disponíveis no referido ambiente;
5. Análise das eventuais denúncias, representações e expedientes diversos;
6. Relatórios de eventuais fiscalização(ões) ordenada(s);
7. Análise do planejamento orçamentário/financeiro (PPA, LDO e LOA) e do planejamento setorial (Planos Municipais);
8. Leitura analítica dos dois últimos relatórios de fiscalização e respectivas decisões desta Corte, sobretudo no tocante a assuntos relevantes nas ressalvas, advertências e recomendações;
9. Análise das informações disponíveis nos demais sistemas do E. Tribunal de Contas do Estado;
10. Outros assuntos relevantes obtidos em pesquisa aos sítios de transparência dos Órgãos Fiscalizados ou outras fontes da rede mundial de computadores.

PERSPECTIVA A: ASPECTOS PRELIMINARES DE INTERESSE

A.1. ÍNDICES E INDICADORES DA GESTÃO MUNICIPAL

Consignamos as informações preliminares sobre o Município que auxiliaram no planejamento da presente fiscalização.



DESCRIÇÃO	FONTE (DATA DA CONSULTA)	DADOS	ANO DE REFERÊNCIA
POPULAÇÃO	IBGE (15/07/2022)	120.779	2021
Densidade demográfica	IBGE (15/07/2022)	792,13 hab/km²	2010
ARRECADAÇÃO MUNICIPAL	Sistema Audesp (15/07/2022)	R\$ 472.909.254,32	2021
RCL	Sistema Audesp (15/07/2022)	R\$ 470.523.129,29	2021
Extensão territorial	IBGE (15/07/2022)	133,057 km²	2021
Atividade econômica predominante	Prefeitura Municipal	Serviços	2021

O Município possui, ainda, a seguinte série histórica de classificação no Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M):

EXERCÍCIOS	2019	2020	2021
IEG-M	C+	B	C+
i-Planejamento	C	B+	C
i-Fiscal	B	B+	B
i-Educ	C	C+	C+
i-Saúde	C+	B	C
i-Amb	B	B+	B+
i-Cidade	A	A	B+
i-Gov-TI	B+	C+	C+

Obs.: índices dos exercícios em destaque após verificação/validação da Fiscalização.

A.2. HISTÓRICO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES DA GESTÃO MUNICIPAL

Demonstramos a síntese do apurado pela Fiscalização nos 2 (dois) últimos exercícios:

ITENS	EXERCÍCIO 2020	EXERCÍCIO 2021
CONTROLE INTERNO	PARCIALMENTE REGULAR	PARCIALMENTE REGULAR
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – Resultado no exercício	-3,91%	7,05%
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – Percentual de investimentos	5,97%	4,06%
DÍVIDA DE CURTO PRAZO	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL
DÍVIDA DE LONGO PRAZO	FAVORÁVEL	FAVORÁVEL
PRECATÓRIOS - Foi suficiente o pagamento/depósito de precatórios judiciais?	SIM	SIM
PRECATÓRIOS - Foi suficiente o pagamento de requisitórios de baixa monta?	SIM	SIM
ENCARGOS - Efetuados os recolhimentos ao Regime Geral de Previdência Social (INSS)?	SIM	SIM



ENCARGOS - Efetuados os recolhimentos ao Regime Próprio de Previdência Social?	PREJUDICADO ¹	PREJUDICADO ¹
ENCARGOS – Está cumprindo parcelamentos de débitos de encargos?	SIM	SIM
TRANSFERÊNCIAS AO LEGISLATIVO - Os repasses atenderam ao limite constitucional?	SIM	SIM
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - Despesa de pessoal em dezembro do exercício em exame	44,83%	39,23%
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - Atendido o artigo 42, da LRF?	SIM	PREJUDICADO
LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - Atendido o artigo 21, II, da LRF?	SIM	SIM
ENSINO - Aplicação na Educação - art. 212 da Constituição Federal (Limite mínimo de 25%)	27,53%	26,30%
ENSINO 2021: Fundeb aplicado nos profissionais da educação básica (Limite mínimo de 70% ²)	65,95%	72,60%
ENSINO - Recursos Fundeb aplicados no exercício	100%	100%
ENSINO - Se diferida, a parcela residual (de até 5% no que se refere a 2020, ou até 10% relativamente a 2021) foi aplicada até 31/03/2021 ou 30/04/2022, respectivamente?	PREJUDICADO ³	PREJUDICADO ³
SAÚDE - Aplicação na Saúde (Limite mínimo de 15%)	22,86%	24,28%
Atendimento à Lei Orgânica, Instruções e Recomendações do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Inobservância à Lei Orgânica, às Instruções e a Recomendações desta Corte	Inobservância à Lei Orgânica, às Instruções e a Recomendações desta Corte

A Prefeitura analisada obteve, nos dois últimos exercícios apreciados, os seguintes Pareceres na apreciação de suas contas:

Exercícios	Processos	Pareceres	Principais itens que ensejaram o parecer desfavorável
2019	005009.989.19-5	Favorável com recomendações e determinação ⁴	-
2018	004668.989.18-9	Favorável com recomendações, alertas e determinações ⁵	-

¹ Não há Regime Próprio de Previdência Social no Município.

² Mínimo exigido a partir de 2021 (anteriormente 60%).

³ Houve aplicação integral do FUNDEB no exercício em exame.

⁴ Decisão com Trânsito em Julgado em 26/01/2022.

⁵ Decisão com Trânsito em Julgado em 24/06/2020.



A.3. DENÚNCIAS/REPRESENTAÇÕES/EXPEDIENTES

Não chegou ao nosso conhecimento a formalização de denúncias, representações ou expedientes.

A.4. FISCALIZAÇÕES ORDENADAS DO PERÍODO

No período em exame, foi realizada a seguinte fiscalização ordenada:

Mês: 3/2022	Tema: Resíduos Sólidos
Fiscalização Ordenada nº	01/2022
TC e evento da juntada	TC-007195.989.22-3 - Evento 11
Irregularidades verificadas:	<ul style="list-style-type: none">• O Município não instituiu a cobrança de taxa ou tarifa decorrente da prestação de serviços de limpeza urbana de manejo de resíduos sólidos, em desconformidade ao art. 35 da Lei 11.445/07;• Os resíduos sólidos (lodos) gerados na Estação de Tratamento de Água (ETAs) são depositados indevidamente em corpos hídricos;• Existem pontos de descarte irregular de lixo no Município (lixo doméstico, lixo da saúde).

A.5. FISCALIZAÇÃO DA ATUAÇÃO DO CONTROLE INTERNO

Observamos que o Controle Interno, devidamente regulamentado, vem emitindo relatórios periódicos. No entanto, os mesmos restringiram-se a análises e acompanhamentos pertinentes aos aspectos financeiros e orçamentários do Executivo local, deixando de contemplar a efetividade das políticas públicas implantadas (**Documento 2**).

Dessa forma, resta parcialmente descumprido o disposto no artigo 66 das Instruções TCE-SP nº 1/2020, comprometendo o pleno atendimento aos artigos 31, 70 e 74 da Constituição Federal, bem assim ao parágrafo único do artigo 54 e ao artigo 59, ambos da Lei de Responsabilidade Fiscal, e ao parágrafo único do artigo 38 da Lei Orgânica desta Corte.



PERSPECTIVA B: FISCALIZAÇÃO OPERACIONAL DE PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

O acompanhamento das políticas públicas, inserido no contexto da fiscalização operacional, consiste em uma das vertentes de atuação deste Tribunal, que encontra respaldo nas disposições dos artigos 32 e 33 da Constituição do Estado.

Para o desempenho dessa vistoria, contemplou-se a avaliação do cumprimento dos programas de governo e respectivas ações (atividades, projetos e/ou encargos especiais), do desempenho dos órgãos e entidades jurisdicionadas, em relação aos seus objetivos, metas (físicas e financeiras) e prioridades, bem como quanto à alocação e uso dos recursos públicos.

Inicialmente, realizamos diligências junto ao Setor responsável pelo Planejamento Municipal, visando obter informações necessárias para formar um quadro geral da composição e estrutura da área, bem como os métodos e atividades desenvolvidas para a consecução dessa atividade (item B.1. deste laudo).

Subsequentemente, utilizando como base a Lei Orçamentária Anual – LOA, intentamos estabelecer a aderência do planejamento à condição factual das metas e orçamentos previstos através do exame de um programa/ação estabelecido (item B.1.1. deste relatório).

Finalmente, através de exame remoto e vistoria *in loco*, procuramos demonstrar a efetividade que esse programa/ação previsto no planejamento pode alcançar ou deixar de atender ao pretendido pela Administração na consecução das necessidades do Município e de seus moradores (item B.2. deste laudo).

B.1. PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS (i-Plan/IEG-M)

Destacamos, preliminarmente, que a dimensão do IEG-M ora analisada não vem apresentando melhorias ao longo dos exercícios acompanhados, pois partiu de uma classificação considerada muito efetiva para uma sequência de notas avaliadas como de baixo nível de adequação, consoante histórico abaixo demonstrado:

Categoria(*)	2016	2017	2018	2019
Planejamento	B+	C	C	C

(*) Considerando apenas processos que já tiveram trânsito em julgado na Casa.



Nesse contexto, no exame do planejamento de políticas públicas do Município, apuramos as seguintes ocorrências:

- Ausência de Secretaria/Diretoria voltada exclusivamente para o planejamento, acompanhamento e controle dos programas e ações governamentais. Cada Secretaria é responsável pelo planejamento das respectivas ações de sua pasta. Contudo, nem todas as Secretarias possuem repartições voltadas ao planejamento (**Documento 3**);
- Não há acompanhamento para avaliação da efetividade dos programas e ações ao longo do exercício para os quais foram previstos, sendo apenas realizada análise da execução orçamentária e financeira. Portanto, não vislumbramos o acompanhamento da efetividade das ações e eventuais replanejamentos por parte do Secretariado e do Prefeito (**Documento 4**).

As ocorrências ora relatadas prejudicam a efetividade dos serviços e produtos públicos entregues ao cidadão e, portanto, descumprem o pressuposto da ação planejada e transparente prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal (artigo 1º, § 1º).

Impedem, ainda, atestar a eficiência do diagnóstico e da adequação finalística dos programas previstos nas peças orçamentárias, bem como da adequação do sistema de custos para a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, nos termos do artigo 50, § 3º, da sobredita Lei.

B.1.1. VERIFICAÇÕES DE PROGRAMAS DA LOA

Visando o exame da aderência das peças de planejamento do Município à execução orçamentária realizada, verificamos, utilizando como base a Lei Orçamentária Anual – LOA – para o exercício de 2022, as despesas executadas (empenhos emitidos) e seu grau de correção, expresso na relação entre o valor desejado/proposto e o valor real efetivado.

Considerando que o custeio (aqui entendido como despesas com pessoal e obrigações decorrentes) é de natureza obrigatória, nosso olhar se ateve àqueles gastos relativos à manutenção de bens e aos investimentos previstos e praticados no exercício.



INVESTIMENTOS			
Programas	Previstos na LOA ⁶	Executado até 30/06/2022 (empenhado) ⁷	Percentual executado
2 - Educação	R\$ 12.950.700,00	R\$ 1.148.344,90	8,87%
14 - Saúde	R\$ 626.000,00	R\$ 731.083,49	116,79%

Conforme se vê, na amostra realizada, os valores previstos na Lei Orçamentária Anual guardam pouca consonância com a realidade das despesas a executar ao longo do exercício, pois no primeiro semestre os empenhos na área da Educação totalizaram somente 8,87% da previsão orçamentária em investimentos, enquanto no setor de Saúde o empenhamento atingiu 116,79% do valor previsto inicialmente.

B.2. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INFRAESTRUTURA (i-Saúde/IEG-M) - FISCALIZAÇÃO OPERACIONAL

A fiscalização operacional consiste em uma das vertentes de atuação deste Tribunal, que encontra respaldo nas disposições dos artigos 32 e 33 da Constituição do Estado.

Para o desempenho dessa atividade, contemplou-se a avaliação do cumprimento dos programas de governo e do desempenho dos órgãos e entidades jurisdicionadas, em relação aos seus objetivos, metas e prioridades, bem como quanto à alocação e uso dos recursos públicos.

Em relação à aplicação na Saúde, referente ao exercício de 2022, a Fiscalização teve por objeto e programa envolvido o seguinte:

INVESTIMENTOS (Obras e Instalações)			
Programa	Previsão na LOA ⁸	Executado até 30/06/2022 (empenhado) ⁹	Percentual executado
14 - Saúde	R\$ 9.900,00	R\$ 88.280,00	891,72%

⁶ Documento 5.

⁷ Documento 6.

⁸ Documento 5, fls. 2.

⁹ Documento 7.

A fiscalização objetivou apurar a efetividade do programa relativo à Saúde, especificamente no cumprimento da eficiência da aplicação dos investimentos previstos em obras e instalações no orçamento voltado à Saúde.

Inicialmente, verificamos no IEG-M dados base de 2021 (I-Saúde)¹⁰, as seguintes ocorrências relativas a instalações físicas das unidades de saúde:

- a) Nenhuma unidade de saúde (estabelecimento físico) possuía AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros) ou CLCB (Certificado de Licença do Corpo de Bombeiros), contrariando o Decreto Estadual nº 63.911, de 10 de dezembro de 2018 e a Lei Federal nº 6.437, de 20 de agosto de 1977 (Questão nº 13 do I-Saúde);
- b) Havia 27 unidades de saúde que necessitavam de reparos (conserto de janelas, rachaduras, infiltrações, fiação elétrica, substituição de azulejos danificados etc.) em dezembro de 2021 (Questão nº 13 do I-Saúde).¹¹

Registramos que tais ocorrências permaneceram no 1º semestre de 2022, consoante proposituras apresentadas pela Câmara de Vereadores do Município de Salto (Documento 10), bem como constatadas em visita *in loco* durante esta fiscalização¹², conforme relatório fotográfico, exemplificativo, a seguir:



¹⁰ Nota do Município: “C” (Baixo nível de adequação).

¹¹ Não há contrato em vigor visando manutenção e reparo em unidades de saúde (Documento 9).

¹² A verificação se refere à Unidade Básica de Saúde Jardim Saltense.



Foto 3 – Trinca em muro de fechamento da unidade de saúde.



Foto 4 – Pintura descascada.



Foto 5 – Extintor de incêndio vencido.

A despeito das carências acima relatadas, que se referem precipuamente à infraestrutura e manutenção dos estabelecimentos de saúde, verificamos que foram destinados, no orçamento de 2022, somente R\$ 9.900,00 para Obras e Instalações relacionados à Saúde, valor insuficiente frente as demandas existentes, evidenciando a necessidade de maiores investimentos no setor.

Corroborando com a assertiva acima, a realização de despesas com a elaboração, no presente exercício, de projetos de reformas e adequações de unidades de saúde (**Documento 7**). Contudo, sem previsão orçamentária para fazer frente a execução de tais obras, as quais, inclusive, não estão inseridas no PPA de 2022/2025, que previu a irrisória quantia de R\$ 3.000,00 para Obras e Instalações na área de saúde (**Documento 8**).



Dessa forma, tais ocorrências relativas à manutenção dos próprios municipais demonstram a ineficácia na alocação dos recursos públicos no programa de Saúde, descumprindo o pressuposto da ação planejada e transparente prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal (artigo 1º, § 1º).

PERSPECTIVA C: GESTÃO FISCAL DO PERÍODO

C.1. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS – GESTÃO FISCAL

Face ao contido no art. 1º, § 1º, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), o qual estabelece os pressupostos da responsabilidade da gestão fiscal, informamos que não foram identificadas, neste momento, ocorrências dignas de notas, a par dos alertas já emitidos automaticamente pelo Sistema Audesp (**Documento 11**).

PERSPECTIVA D: APLICAÇÃO NO ENSINO E NA SAÚDE

No âmbito de nossa amostragem, informamos que não foram identificadas, neste momento, ocorrências dignas de notas, relativas à aplicação mínima constitucional e legal no ensino e na saúde, a par dos alertas já emitidos automaticamente pelo Sistema Audesp (**Documento 11**).

CONCLUSÃO

Com relação aos assuntos tratados neste relatório, destacamos:

A.4. FISCALIZAÇÃO ORDENADA DO PERÍODO: Existência de múltiplos apontamentos;

A.5. FISCALIZAÇÃO DA ATUAÇÃO DO CONTROLE INTERNO: Ausência de verificação da efetividade das políticas públicas implantadas;

B.1. PLANEJAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS (i-Plan/IEG-M): Falhas diversas que comprometem o planejamento local; dimensão do IEG-M com



tendência de queda;

B.1.1. VERIFICAÇÕES DE PROGRAMAS DA LOA: Pouca aderência das peças orçamentárias à execução do orçamento;

B.2. EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INFRAESTRUTURA (i-Saúde/IEG-M) - FISCALIZAÇÃO OPERACIONAL: Manutenção precária de prédios municipais; Ineficácia na alocação dos recursos públicos no programa de Saúde.

À consideração de Vossa Senhoria.

Seção UR – 9.5 – Sorocaba, 03 de agosto de 2022.

Mauri Marcelino de Lima
Agente da Fiscalização